

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (FDCO)

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DE CONSULTA PRÉVIA**

# BRASÍLIA/DF

# 2024

## OBJETIVO:

O presente manual tem por objetivo orientar, empresas e grupos econômicos, na elaboração e apresentação de Consulta Prévia a ser submetida ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO com a finalidade de assegurar recursos para:

* + a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO;
	+ o financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.

## LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

1. [Lei Complementar n.º 129, de 08 de janeiro de 2009](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp129.htm);
2. [Lei n.º 12.712, de 30 de agosto de 2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12712.htm);
3. [Decreto n.º 10.152, de 02 de dezembro de 2019](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste/legislacao/criacao-e-regulamentacao-do-fdco-1/4DECRETON10.152DE2DEDEZEMBRODE2019versoSITEPLANALTO.pdf);
4. [Portaria Interministerial MIDR/MF nº 6, de 24 de maio de 2023](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-midr/mf-n-6-de-24-de-maio-de-2023-485611611);
5. [Resolução CONDEL/SUDECO n.º 114, de 9 de novembro de 2021](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste/legislacao/criacao-e-regulamentacao-do-fdco-1/RESOLUOCONDELSUDECON114DE9DENOVEMBRODE2021.pdf);
6. [Resolução CMN nº 4.960 de 21 de outubro de 2021](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.960-de-21-de-outubro-de-2021-354348915);
7. [Resolução CONDEL/SUDECO nº 135, de 12 de dezembro de 2022;](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/conselho-deliberativo-do-desenvolvimento-do-centro-oeste-condel-sudeco-1/resolucoes/RESOLUOCONDEL_SUDECON135DE12DEDEZE.pdf)
8. [Resolução CONDEL/SUDECO nº144, de 10 de agosto de 2023](https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-condel/sudeco-n-144-de-10-de-agosto-de-2023-502732659);
9. [Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019;](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9810.htm) e
10. Atos Complementares do gestor e dos Agentes Operadores.

## APRESENTAÇÃO:

A Consulta Prévia tem a finalidade de oferecer informações sucintas, de natureza técnico-econômico-financeira, que subsidiem a análise e enquadramento nas diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL/SUDECO para fins de obtenção de financiamento do FDCO, devendo ser encaminhada a esta Superintendência, por meio de sistema informatizado ([clicando aqui](https://www.gov.br/pt-br/servicos/preencher-consulta-previa-digital-do-fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste)), pessoalmente ou por correspondência (endereçamento: Protocolo Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 1, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, 19º andar, CEP 70.040-908, Brasília/DF).

No ato de seu recebimento, a Consulta Prévia será protocolada pela Sudeco em sistema informatizado de tramitação de documentos, que expedirá recibo e encaminhará para a Coordenação-Geral de Gestão de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, para realização da análise.

## COMPOSIÇÃO:

Deve ser formalizada por meio da [Consulta Prévia Digital](https://www.gov.br/pt-br/servicos/preencher-consulta-previa-digital-do-fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste), ou, estando indisponível o sistema, deverá apresentar o [Formulário para Apresentação de Consulta Prévia](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste/consultas-previas), no protocolo da Sudeco, preenchido digitalmente, seguindo o [Roteiro para Preenchimento de Consulta Prévia,](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste/consultas-previas) e devidamente assinado.

Deverá encaminhar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

* + Contrato/Estatuto Social de Constituição da Proponente e Alterações – registrado na junta comercial;
	+ Ata de eleição dos representantes da proponente – registrado na junta comercial;
	+ Certidão de regularidade cadastral emitida pelo Conselho profissional do responsável técnico pela elaboração da Consulta Prévia, informando que o profissional encontra-se em dia com suas obrigações perante o respectivo Conselho;
	+ Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), do último exercício, da empresa proponente (assinado por contador e por dirigente da empresa);
	+ Balanço patrimonial do último exercício, da empresa proponente (assinado por contador e por dirigente da empresa); e
	+ Balancete recente, da empresa proponente (assinado por contador e por dirigente da empresa).

Certidões que precisam estar regulares para prosseguimento (serão consultadas pela equipe e anexadas ao processo):

* + Certidão de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (CND), dos acionistas, dos administradores, da empresa proponente e das empresas do grupo econômico;
	+ Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, da empresa proponente, das empresas acionistas e das empresas do grupo econômico;
	+ Certidão negativa de inscrição no CADIN, dos acionistas, dos administradores, da empresa proponente e das empresas do grupo econômico;
	+ Certidão negativa do Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela CGU, dos acionistas, dos administradores, da empresa proponente e das empresas do grupo econômico;
	+ Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ, dos acionistas, dos administradores, da empresa proponente e das empresas do grupo econômico; e
	+ Certidão Negativa de Processo pelo Tribunal de Contas da União – TCU, dos acionistas, dos administradores, da empresa proponente e das empresas do grupo econômico.

A consulta Prévia, com seus anexos, deverá ser apresentada à Sudeco com a assinatura dos técnicos responsáveis por sua elaboração e dos representantes legais do grupo empresarial proponente, podendo ser aceita a assinatura eletrônica, nos termos da legislação vigente.

A proponente pode anexar outros documentos, a seu critério, que julgue relevantes para a análise da Consulta Prévia.

Os anexos apresentados deverão ser indicados em “Lista de Anexos”, obedecendo a ordem acima, e seguir as orientações disponíveis no [Roteiro para preenchimento da Consulta Prévia](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste/consultas-previas).

## ANÁLISE:

A análise da Consulta Prévia será realizada por analistas da Coordenação do FDCO, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Gestão de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento da Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF).

1. Apenas será analisada e levada para deliberação da Diretoria Colegiada, a Consulta Prévia que:
	1. Tenha seu protocolo na Sudeco ocorrido na forma do art. 6º, §2º, do Regulamento do FDCO, aprovado pela Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021;
	2. Esteja formalizada via sistema, ou em sus indisponibilidade, no modelo aprovado, constante no [site da Sudeco;](https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-de-desenvolvimento-do-centro-oeste/consultas-previas)
	3. Esteja assinada (inclusive seus anexos) pelos representantes legais da proponente e pelos responsáveis técnicos, ambos com comprovação da capacidade estatutária e regularidade perante o Conselho Profissional, respectivamente;
	4. Se enquadre nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, nos termos do inciso I, § 4º, art.10 da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009 e observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
	5. Tenha como finalidade a implantação, ampliação, diversificação ou modernização de empreendimentos na área de atuação da Sudeco, de interesse de pessoa jurídica, nos termos dos arts. 1º e 6º da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021;
	6. Apresente empreendimento cujo objeto não figure, dentre outras vedações legais, entre aquelas relacionadas nos incisos V e VI do § 8ºdo art. 6º da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021;
	7. Apresente recursos próprios, equivalentes a, no mínimo, 20% do valor total do investimento previsto para o projeto, visto que, a participação dos recursos do FDCO poderá ser de até 80% do investimento total do projeto, limitada, no máximo, em 90% do investimento fixo. O limite máximo a ser financiado com recursos do Fundo, em cada projeto, leva em consideração o setor da economia a ser atendido e a localização do empreendimento, considerando as áreas prioritárias da região e a classificação dos municípios, conforme classificação da PNDR.

**NOTA:** Não serão admitidas despesas preexistentes à data da aprovação do projeto, excetuadas as despesas realizadas com investimentos em capital fixo vinculados ao projeto, comprovadamente realizados nos 6 meses imediatamente anteriores à apresentação da consulta prévia aprovada, e aquelas realizadas no período entre a data do protocolo da Consulta Prévia e a data da contratação com o agente operador, e que tiveram a razoabilidade dos valores atestado pelo responsável pela emissão do parecer de análise do empreendimento.

1.8. Não poderão, o proponente, os controladores ou grupo econômico enquadrar-se em um ou mais dos seguintes dispositivos:

1. Tenha transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos do FDCO, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA ou dos Fundos de Investimentos Regionais (art. 6º, § 8º, inciso II, alínea “a”, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021);
2. Seja responsável por projeto declarado caduco, cancelado, paralisado ou tenha cometido irregularidades na aplicação de recursos dos Fundos acima discriminados (art. 6º, § 8º, inciso II, alínea “b”, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021);
3. Esteja em débito em relação a tributos federais ou com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (art. 6º, § 8º, inciso II, alínea “c”, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021);
4. Esteja inscrito na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (art. 6º, § 8º, inciso II, alínea “d”, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021);
5. Seja inidônea, conforme verificação no Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e/ou no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (art. 6º, § 8º, inciso II, alínea “e”, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021);
6. Seja controlada ou dirigida por agente público em atividade (art. 6º, § 8º, inciso III, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021); e
7. Seja controlada ou dirigida por servidores ativos ou por ex-servidores que tenham sido dispensados, exonerados, destituídos, demitidos ou aposentados há menos de 6 (seis) meses, oriundos dos quadros da Sudam, da Sudene, da Sudeco, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) ou dos agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento Regional (art. 6º, § 8º, inciso IV, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021).

1.9. O valor mínimo do projeto deve estar de acordo com a Resolução Condel/Sudeco nº 135 de 12 de dezembro de 2022, bem como, o valor solicitado enquadre-se na Resolução Condel/Sudeco nº 144 de 10 de agosto de 2023, conforme descrito no item 3, deste documento.

1. Comprovação das informações apresentadas:

Para efeito de comprovação relativamente aos subitens do item 1 acima, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

2.1. Subitens 1.6 e 1.8, letras “a”, “b”, “f” e “g” - é aceitável, nesta fase do processo, o preenchimento do “Questionário para dispensa preliminar de comprovações”, que consta no Formulário para Apresentação de Consulta Prévia (***item 8*** do Formulário para apresentação de Consulta Prévia por correspondência ou pessoalmente e ***item 29*** do Formulário de Consulta Prévia Digital), no qual deverá ser assinalada a opção “Sim” ou “Não”.

2.2. Subitem 1.8, letras “c” e “d” - é bastante, nesta fase do processo, a apresentação das devidas certidões (certidão negativa de débitos de tributos federais e do FGTS e certidão negativa de inscrição na Dívida Ativa da União), anexas à consulta prévia, devendo o responsável pela análise fazer pesquisa relativamente ao CADIN.

2.3. Subitem 1.8, letra “e” - O analista consultará o Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa podendo também fazer consultas aos agentes operadores, caso entenda ser necessário.

2.4. O responsável pelas informações prestadas no Formulário de Consulta Prévia, declara, sob as penas da lei, que as afirmações, dados, informações e respectivos anexos são verdadeiros. Serão indeferidas as Consultas Prévias que contenham informações tendenciosas ou falsas (art. 6º, § 8º, inciso VII, da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021).

2.5. Além daqueles descritos acima, a equipe do FDCO poderá examinar outros aspectos, desde que entendam necessário ao enquadramento da Consulta Prévia.

1. Valores Financiáveis pelo FDCO:
2. A Resolução Condel/Sudeco nº 135, de 12 de dezembro de 2022, define **os valores mínimos dos projetos assistidos pelo FDCO**:
3. R$ 20.000.000,00, por cliente, grupo empresarial ou agropecuário, respeitados os limites de participação de recursos do Fundo, estabelecidos pelo CMN; e
4. R$ 15.000.000,00, para empreendimentos situados em municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa e média renda, independente do seu dinamismo e para investimentos em serviços hospitalares e ambulatoriais, independentemente da classificação da Tipologia do município definido pela PNDR, respeitados os limites de participação dos recursos do Fundo estabelecidos pelo CMN.
5. A Resolução Condel/Sudeco nº 144, de 10 de agosto de 2023, **define a assistência máxima financiável com recursos do FDCO, em R$ 50.000.000,00**, por ano, para cada empresa ou grupo econômico, independentemente da classificação da tipologia do município definido pela PNDR, observando-se os limites de participação dos recursos do Fundo, relativos ao valor total do projeto, estabelecidos no Anexo II da Resolução CMN n. 4.960/2021.

A referida Resolução, define ainda que, a Sudeco, por meio da Diretoria Colegiada, ficará encarregada de conceder, quando se tratar de projeto considerado de alta relevância e estruturante, em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, preferencialmente, localizado em município integrante de microrregião classificada, pela tipologia da PNDR, como média renda, independentemente de seu dinamismo.; valores superiores a R$ 50.000.000,00.

## TRAMITAÇÃO:

A tramitação da Consulta Prévia deve atender ao prazo máximo de 40 dias, a contar da sua apresentação, para deliberação pela Diretoria Colegiada da Sudeco quanto ao seu enquadramento nas diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste - CONDEL.

1. Recebimento e registro no protocolo:

Recebida a Consulta Prévia no Protocolo-Geral da Sudeco, será encaminhada à Coordenação-Geral de Gestão de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, para realização do exame preliminar.

1. Exame preliminar:

Após análise preliminar da documentação e dos dados apresentados, caso seja constatado, pela equipe do FDCO, incorreção, omissão ou insuficiência de dados, a empresa será notificada quanto aos problemas identificados, para que, no prazo de 20 dias, do recebimento da notificação, encaminhe novos documentos, conforme necessidade identificada para cada caso.

Havendo a necessidade de complementação, correção ou adequação documental, o prazo final da Consulta Prévia será interrompido, e, quando recebida a documentação solicitada, será iniciado novo prazo de 40 dias, para que a equipe do FDCO realize nova análise da Consulta Prévia. O não atendimento da notificação ensejará o indeferimento da Consulta Prévia.

1. Análise final:

Após a análise preliminar, a DIPGF encaminhará para deliberação da Diretoria Colegiada da Sudeco, que decidirá quanto à aprovação ou não da Consulta Prévia, no prazo de 40 dias, a partir do seu recebimento, ou, do recebimento da documentação complementar, conforme descrito no art. 6º da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021.

1. Decisão e comunicação ao proponente:

Sendo aprovada a Consulta Prévia, será emitido o Termo de Enquadramento, Atestado de Regularidade Cadastral e Resolução de aprovação.

Em posse do Termo de Enquadramento, o interessado deverá negociar seu projeto junto ao agente operador de sua preferência, no prazo de 150 dias, do recebimento do referido Termo de Enquadramento.

Consoante a alínea “c”, inciso III, do art. 1º, da Resolução CMN nº 4.960/2021 e §6º do art. 16, da Lei Complementar nº 129/2009, o FDCO terá como Agentes Operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que assumirão integralmente o risco do financiamento.

Ressalta-se que, a aprovação da Consulta Prévia não gera a obrigação de participação do FDCO no financiamento do projeto, que ficará exclusivamente à critério da Sudeco, observadas as regras da Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021, bem como, condicionada à conclusão das etapas seguintes e mediante suficiência de disponibilidade orçamentária e financeira de recursos.

1. **PRAZOS APÓS APROVAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA:**

Em suma, após a aprovação da Consulta Prévia, correrão os seguintes prazos, até a formalização do contrato:

1. A empresa ou grupo empresarial deverá negociar o projeto com o agente operador de sua preferência, no prazo de 150 dias do recebimento do Termo de Enquadramento;
2. O Agente Operador possuirá prazo de 60 dias para autorizar a elaboração do projeto definitivo, e, autorizando, deverá informar ao FDCO sobre sua autorização ou não, em até 5 dias.
3. Sendo autorizada, a empresa possuirá prazo de 120 dias para apresentação do projeto definitivo. O Agente Operador deverá comunicar a data de recebimento do projeto definitivo à Sudeco.
4. O Agente Operador possuirá prazo de 180 dias para análise do projeto, podendo ser prorrogado, à critério da Diretoria Colegiada da Sudeco, após pedido justificado, encaminhado por Ofício, pelo Agente Operador. Não cumprido o prazo, o projeto será arquivado, podendo ser reapresentado em outra oportunidade.

1. O projeto, após aprovado pelo Agente Operador e encaminhado ao FDCO, da maneira prevista na Resolução Condel/Sudeco nº 114/2021, será encaminhado à Diretoria Colegiada, que terá o prazo de 40 dias, contados do recebimento do termo de aprovação do projeto enviado pelo Agente Operador, para apresentar a decisão de participação no financiamento do projeto.
2. A aprovação será condicionada à demonstração da capacidade do Fundo em aportar recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto.
3. Constatada a inviabilidade econômico-financeira do projeto ou de seu risco; ou dos tomadores de recursos; ou que implicarem seu indeferimento, o Agente Operador arquivará o projeto, e comunicará ao interessado e à Sudeco, no prazo de 5 dias úteis, a sua decisão, contra a qual não caberá recurso.
4. No caso de aprovação da participação do FDCO no financiamento do projeto, será emitido o Atestado de Disponibilidade Financeira pela Sudeco, bem como a Resolução de aprovação de participação do FDCO no projeto, com as condicionantes, caso houver, autorizando o agente operador a celebrar contrato com o interessado.
5. Após a publicação da Resolução de aprovação da Participação do Fundo, a empresa terá o prazo de 120 dias para apresentar ao Agente Operador as informações e os documentos necessários à celebração do contrato.